

# BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A TEORIA, SUAS CONTRADIÇÕES E O BRASIL

Fabio Akcelrud DURÃO<sup>1</sup>

- **RESUMO:** O presente artigo descreve a situação contraditória do que se convencionou chamar de Teoria. Através de uma comparação com sua parente mais próxima, a teoria literária, o texto procura caracterizar a Teoria levando em consideração seus métodos, objetos, sujeitos e locais de enunciação. Em todos eles, conclui-se, há um potencial de liberdade em mistura com uma rendição ao mercado. O ensaio termina com breves considerações a respeito das possibilidades da Teoria no Brasil, uma vez que esta última não pode mais ser ignorada, nem, por outro lado, ser simplesmente aceita sem mediação.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Teoria; transdisciplinaridade; interpretação; locais de enunciação.

## I

É apenas devido à nossa profunda ignorância em relação ao Estados Unidos que um fenômeno dos mais instigantes nas ciências humanas nos últimos quarenta anos pôde nos passar despercebido: o surgimento e consolidação daquilo que hoje já se convencionou chamar simplesmente de Teoria – isso quando já se fala sobre sua morte (EAGLETON, 2003, p. 1-22). Em um importante artigo, Fredric Jameson (1992) caracteriza a Teoria como oriunda das mudanças ocorridas nos anos 60, a seu ver um resultado do movimento contraditório de expansão do capitalismo. Se, por um lado, esse período evidenciou um aparente afrouxamento das relações de poder, tanto causa como consequência de um processo generalizado de revolta, por outro, aprofundou as relações de produção capitalistas no chamado Terceiro Mundo, integrando-o muito mais estreitamente às metrópoles centrais de um sistema cada vez mais globalizado. Com a habilidade para fazer mediações que lhe é peculiar, Jameson associa essa contraditória dinâmica histórico-

---

<sup>1</sup> Departamento Letras Anglo-Germânicas – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ. E-mail: fad2@duke.edu

econômica à emergência de uma nova configuração de saber, marcada antes de mais nada pela centralidade da linguagem e de seu correlato metodológico, o sistema.<sup>2</sup> Este seria o responsável pelo deslocamento de toda uma tradição filosófica baseada na dialética do “eu” e do “Outro”, fosse em sua formulação clássica da relação entre senhor e escravo, na problemática sartreana do olhar, ou na apropriação de Fanon, retraduzida no par colonizado/colonizador. Ao se desvencilhar de problemas inerentes à consciência, a Teoria acaba criando um novo espaço enunciativo, de todo propício a uma prática transdisciplinar, que vai para além da filosofia:

Daqui por diante, o novo texto “filosófico” não mais derivará sua relevância de uma inserção nas questões e debates da tradição filosófica, o que significa que suas referências “intertextuais” básicas se tornam aleatórias, uma constelação *ad hoc* que se configura e se dissolve a cada novo texto. Este deve ser necessariamente um comentário de outros textos (na verdade, essa dependência de um corpo de textos a serem glosados, reescritos, interconectados de novas maneiras, torna-se no mínimo mais intensa), e no entanto aqueles textos derivados das disciplinas mais absurdamente distantes (antropologia, psiquiatria, literatura, história da ciência) serão selecionados de maneira aparentemente arbitrária: Mumford ao lado de Antonin Artaud, Kant com Sade, filosofia pré-socrática, o presidente Schreber, um romance de Maurice Blanchot, escritos de Owen Lattimore sobre a Mongólia e um sem-número de obscuros tratados do século XVIII. (JAMESON, 1992, p. 103)

O que falta na caracterização de Jameson, no entanto, é um simples elemento restritivo: longe de representar um fenômeno universal, a Teoria corresponde a um desenvolvimento intelectual-disciplinar tipicamente estadunidense. Foram necessários pouco mais de dez anos – o ensaio de Jameson é de 1984 – para mostrar que o que parecia um movimento universal de libertação e democratização do pensamento estava, de fato, articulado a uma crescente hegemonia norte-americana da produção de conhecimento. Ainda que a genealogia jamesoniana dos anos 60 seja inquestionável, vale a pena aqui recharacterizar a Teoria tendo em vista aquilo que se tornou. Deve-se assim somar ao espírito dos anos 60, i.e. ao progresso contraditório do capitalismo em crescente

---

<sup>2</sup> Uma primeira exposição deste argumento pode ser encontrada no seu importante *The Prison-House of Language* (1972).

globalização, um complicado conjunto de fatores típico dos Estados Unidos, dentre os quais vale citar:

A. o vácuo criado na filosofia norte-americana pela consolidação de uma tradição analítica, despolitizada e com pretensões científicas. É natural que um ambiente filosófico que abre mão de suas grandes questões (como a morte, a existência ou a dor), para tornar-se um escritório resolvidor de problemas, seja desinteressante para jovens cheios de vida. Vem daí o entusiasmo pelo pós-estruturalismo francês, que tematiza o poder, o desejo, o inconsciente ou o impossível; daí também o caráter muito mais iconoclasta da leitura desses autores nos EUA, onde, diferentemente da França, são interpretados de maneira isolada, desvinculados da tradição filosófica com a qual dialogam e da qual fazem parte. Isso explica também a penetração limitada, na academia norte-americana, de pensadores de esquerda, como Adorno ou Bloch, que se recusaram a decretar uma ruptura com o passado, mas que procuraram ver nele os traços de sua possível superação. Por fim, esse dado intelectual e institucional já coloca uma questão, a ser desenvolvida no final, a respeito da relação da Teoria com o Brasil, especificamente, ou, de forma mais geral, com todas aquelas tradições de pensamento formadas a partir da filosofia chamada de “continental” – que para nós é a filosofia *tout court*. A fronteira entre esta e a Teoria não é tão facilmente demarcável aqui quanto nos países de língua inglesa; o problema do fim da filosofia no Brasil ainda pode ser visto como sendo de alguma forma filosófico, enquanto que para os anglófonos parece não mais ser recuperável. Daí o ímpeto, lá, para a formação de algo de outro, que deixasse a bagagem filosófica para trás.

B. o esgotamento do projeto mais amplo do *New Criticism*. Como é sabido, esse foi um movimento que teve suas raízes no vitorianismo de Mathew Arnold e que propunha que a literatura ocupasse o lugar da religião em uma Inglaterra crescentemente laica. No modernismo estadunidense essa tendência persistiu na teoria da literatura como uma *supreme fiction* (nas palavras de Wallace Stevens) capaz de fornecer uma mitologia moderna em um mundo desprovido da ficção de Deus. Mas se o caráter no fundo moralista do *New Criticism* tornou-se insustentável, suas estratégias de leitura, seu famoso *close reading*, autonomizou-se como procedimento de

interpretação, permanecendo em uso, mesmo quando teóricos posteriores o repudiavam. Uma forma possível de se abordar a Teoria, especialmente em sua relação com os Estudos Culturais, refere-se à expansão da prática do *close reading* para objetos extraliterários.

C. um imenso aparato institucional, envolvendo um sistema universitário riquíssimo e uma rede muito ampla de publicações. Isso gerou a criação de um ambiente de circulação de idéias, que permitiu não apenas a importação e adaptação de teorias estrangeiras (cf. e.g. a despolitização do pós-estruturalismo francês nos Estados Unidos), mas também a redifusão dos produtos americanizados para todo o mundo, inclusive para as regiões de origem dessas teorias.<sup>3</sup>

Foi como resultado destes fatores que surgiu a Teoria contemporânea. Uma descrição mais pormenorizada tem que levar em conta, para uma conceitualização mais aprofundada da Teoria, seus *métodos, objetos, sujeitos e locais* de enunciação.

A Teoria precariza a concepção tradicional de disciplina e instaura a transdisciplinaridade como seu próprio princípio de funcionamento – de uma maneira ainda mais radical do que aquela descrita por Jameson acima. O que a Teoria oferece de novo pode ser vislumbrado por meio do confronto com seu parente mais próximo, a teoria literária, do qual difere substancialmente. O famoso *best seller* de Terry Eagleton, *Teoria Literária: Uma Introdução* (1983) oferece uma abrangente discussão das vertentes, já bastante distanciadas, que compunham a teoria literária em uma área ou campo de estudos: de um ponto de vista histórico, o formalismo russo e o *New Criticism*; como aparatos interpretativos em funcionamento, a fenomenologia e a hermenêutica, o estruturalismo e a semiótica, a psicanálise, o pós-estruturalismo, e, é claro, o marxismo. Esta era uma lista completa na época da primeira edição do livro; em contrapartida, uma abordagem da Teoria de hoje teria que incluir além dessas tendências, e junto com a consolidação do feminismo e do *new historicism*, uma proliferação de “estudos”:

---

<sup>3</sup> É importante remeter aqui ao trabalho fundamental de Frank Lentricchia (1980), que de forma abrangente qualifica as mudanças de maré da crítica literária norte-americana ocorridas desde a decadência do *new criticism* até o advento do pós-estruturalismo.

*cultural studies, post-colonial studies, queer studies, subaltern studies, disability studies, Afro-American studies, latino/a studies, Jewish studies*, mas também *film and media studies*. Finalmente, a isso tudo se soma a Teorização de campos do saber outrora autônomos e intocáveis: também o direito, a medicina ou as ciências da natureza podem ser lidas, para além de suas atividades de trabalho, como conjuntos de signos, práticas significantes.

Tal estado de coisas põe em xeque a teoria da literatura tal como é tradicionalmente concebida – uma tradição de umas poucas décadas! Aqueles que tentam conter a Teoria, remetendo-a à teoria literária, se vêem obrigados a pagar um alto preço por isso. Um livro recente de Jonathan Culler é interessante sob esse ponto de vista. Descrevendo a Teoria em seu sentido mais preciso, observa que ela

não é um conjunto de métodos para o estudo literário, mas um grupo ilimitado de textos sobre tudo o que existe sob o sol, dos problemas mais técnicos de filosofia acadêmica até os modos mutáveis nos quais se fala e se pensa sobre o corpo. O gênero da “teoria” inclui obras de antropologia, história da arte, cinema, estudos de gênero, lingüística, filosofia, teoria política, psicanálise, estudos de ciência, história social e intelectual e sociologia. As obras em questão são ligadas a argumentos nessas áreas, mas tornam-se “teoria” porque suas visões ou argumentos foram sugestivos ou produtivos para pessoas que não estão estudando aquelas disciplinas. As obras que se tornam “teoria” oferecem explicações que outros podem usar sobre sentido, natureza e cultura, o funcionamento da psique, as relações entre experiência pública e privada, e entre forças históricas mais amplas e a experiência individual. (CULLER, 1999, p. 13)

Ora, essa correta caracterização, que ocorre na parte inicial de *Teoria Literária; uma introdução*, solapa de dentro o que o título do livro designa. Seu capítulo subsequente, “O que é Literatura e tem ela importância”, não consegue estabelecer nenhuma conexão com o anterior, não consegue fazer a mediação entre a Teoria e a literatura, e tem assim grande dificuldade para legitimar o que seria o objeto da teoria *literária*. A razão de ser da literatura *vis-à-vis* da Teoria, por que aquela não deveria simplesmente ser englobada por esta – nada disso é explicitado. É como se a Teoria, incapaz de ser contida, não abrisse mão de seu espaço e de sua liberdade.

Diferentemente do que acontecia com a semiótica, que se propunha a ler o mundo a partir de um instrumental fixo e cientificamente elaborado,<sup>4</sup> as vertentes da Teoria abolem a diferença entre método e objeto. O feminismo, por exemplo, pode debruçar-se sobre estruturas patriarcais repressoras nos telejornais e analisar o papel de crescente importância das mulheres no processo eleitoral; no primeiro caso, apresenta-se como estratégia de interpretação; no segundo, indissociável do que descreve, como instrumento de defesa de interesses. Diga-se de passagem, essa perda de distanciamento em relação ao objeto, originadora de um desejo de práxis que só pode ser visto com bons olhos, impede que a Teoria se confunda com aquela outra, da tradição filosófica, a *theoria* aristotélica, puramente contemplativa e dissociada das outras formas de agir e pensar. Com efeito, a Teoria incentiva a mistura de abordagens em estruturas híbridas, ligando, por exemplo, questões de orientação sexual a formas de representação étnica e opressão lingüística. Em seu limite, a riqueza de máquinas interpretativas faz o método perder a aura de necessidade que antes possuía; ele adquire assim uma flexibilidade que o faz tornar-se quase uma função do objeto. A crítica tão comum ao estruturalismo, de que impunha seus instrumentos à realidade, distorcendo-a e violentando-a, não pode de maneira alguma ser dirigida à Teoria.

Por outro lado, se as abordagens perderam a inevitabilidade que antes apresentavam, os objetos também autonomizaram-se. Não é de se espantar que uma das características mais salientes da Teoria seja a liberdade que põe em prática na construção de assuntos ou temas de estudo. Não há mais restrição para aquilo que pode ser interpretado: monstros, animais, obesidade, o sistema rodoviário, Disneylândia, *talk-shows*, vídeo games são apenas alguns exemplos, tomados ao acaso, de objetos de leitura, fontes para a produção de sentido. A conseqüência inevitável dessa disseminação de objetos é a ênfase de seu caráter relativo: apresentam-se agora como produzidos pelo recorte teórico. Doravante, nada mais pode ser tomado como óbvio ou como se existisse por si só, inquestionado ou inquestionável – incluindo aí as obras literárias. Estas podem muitas

---

<sup>4</sup> Como no interessante livro de John Deely (1990), que faz a semiótica englobar a totalidade do universo – pois há não apenas antroposemiótica, mas também a zoosemiótica, fitosemiótica e fisiosemiótica. Díficil imaginar algo cientificamente mais megalômano!

vezes ver-se em más companhias, postas lado-a-lado de artefatos da cultura popular ou das mercadorias da indústria da cultural.

O resultado desta fluidificação dos métodos e objetos de leitura é a configuração de um novo espaço enunciativo, que não mais pode ser descrito pela metáfora topográfica, mas que sugere uma aproximação astrológica. A Teoria não mais se deixa designar como “campo” ou “área,” (termos que tão facilmente invocam o campo semântico da colonização, como na expressão “explorar uma área/campo”); em sua liberdade de combinação de abordagens, em sua interiorização do exterior, ela se assemelha, ao invés, a uma nebulosa, onde matéria e energia parecem intercambiáveis. O profissional que se move dentro deste novo espaço enunciativo deixa de ser o crítico literário para se tornar o Teórico. Seu exemplo maior talvez seja Fredric Jameson, que fez seu doutorado sobre Sartre, escreveu extensamente sobre literatura, mas desde os anos oitenta vem inserindo-se em debates sobre cinema, lingüística, arquitetura, economia, vídeo, psicanálise, filosofia e, é claro, a própria Teoria.<sup>5</sup> Com esta flexibilidade anuncia-se assim a morte da figura, outrora tão sólida e inquestionável, do especialista. Sem dúvida, a Teoria corre sempre o risco de perder em rigor e segurança aquilo que ganha em maleabilidade e poder de associação. Mas o desafio merece ser encarado quando se tem em mente que o saldo é positivo em entusiasmo, ousadia e frescor teórico, tão rejuvenescedores diante do ranço da sobriedade erudita.

Em comum com o projeto estruturalista (como em Levi-Strauss, por exemplo), a Teoria apresenta um desejo *a priori* sem limites. Uma vez que métodos, objetos e os próprios sujeitos enunciadores são múltiplos e não se deixam definir univocamente, a Teoria passa a se assemelhar a uma máquina desterritorializada de enunciados, uma pura tecnologia produtora de narrativas. Se as obras ou artefatos culturais são as matérias primas, a crítica literária ou a leitura individual de textos representam bens de consumo; a teoria literária, por sua vez, ao propor formas de leitura, produz bens duráveis; a Teoria, por fim, fabrica aparatos interpretativos, bens de produção. Desnecessário dizer, tudo isso projeta uma utopia do conhecimento, uma forma de produtividade sem

---

<sup>5</sup> Jameson caracterizaria esse estado de coisas como típico do pós-modernismo. O conceito, contudo, tornou-se tão ambíguo e opaco, que mencioná-lo aqui talvez fosse anti-produtivo (cf. DURÃO, 2003). Seja como for, seu *Pós-modernismo* (1996) é um exemplo perfeito do que a Teoria tem de melhor para oferecer.

empecilhos, um livre fluir do desejo que não precisa se adequar a nada de antemão, mas apenas seguir a si próprio, desobstruído até mesmo em relação a um ideal de ciência, que tantas vezes atuou como inibidor da imaginação.

Essa caracterização, contudo, representa apenas um lado da moeda. Como que diante de um espelho adulterado, as determinações positivas da Teoria têm distopias que lhes correspondem, uma a uma, e que apresentam a outra face de sua transdisciplinaridade constitutiva. Em primeiro lugar, os métodos de leitura muito facilmente se solidificam em compartimentos teóricos auto-referentes, que passam a ocupar uma gaveta própria no escaninho da Teoria: a transdisciplinaridade é mais facilmente propagandeada do que praticada. De fato, quando as combinações emergem, elas raramente constroem uma zona indiferenciada entre as diversas subdisciplinas, mas impõem, pelo contrário, o domínio de um código hermenêutico sobre outro. Mesmo nos casos mais compatíveis, em estudos que combinam uma abordagem de sexo com uma de raça, por exemplo, uma tendência prevalecerá sobre a outra: ou bem se lida com uma teoria feminista ou da negritude.

Quanto aos objetos, surgem anomalias típicas da busca pela novidade. Se, por um lado, o texto (ou prática significativa) a ser lido é apresentado como inédito, por outro, a própria estrutura de busca e a intencionalidade que lhe é subjacente – em suma, as características que perfazem o novo abstrato – dão ensejo ao continuamente velho. Quantas vezes não se tem a impressão de que determinado artigo ou livro foi publicado só porque seu objeto é novo, ainda que desinteressante. Os grandes aparatos interpretativos, por sua vez, passam a servir de pré-moldados teóricos nos quais qualquer coisa pode ser inserida: é possível adotar-se a teoria foucaultiana do poder para a leitura de supermercados ou mapas, sem se gerar surpresas. Com isso, ocorre um lamentável fenômeno de inflação do nome. Já que o número de meta-narrativas é limitado, um cânone de autores teóricos não tardou a formar-se; ora, tal galeria impõe-se com a força inexorável da moda, e torna o *name dropping* uma característica praticamente estrutural dos escritos teóricos. Quem não os conhece, fica alijado pelo imperialismo da Teoria, que muitas vezes diz com dificuldade o que a ignorância de complicados sistemas permitiria observar com poucas palavras. Isso, por certo, não escapou aos próprios Teóricos; Culler salienta pertinentemente que

[a] teoria é, portanto, uma fonte de intimidação, um recurso para constantes roubos de cena: “O quê? Você não leu Lacan! Como pode falar de lírica sem tratar da constituição especular do sujeito?” Ou “como pode escrever acerca do romance vitoriano sem usar a explicação que Foucault dá sobre o desenvolvimento da sexualidade e sobre a histerização dos corpos femininos e a demonstração que Gayatri Spivak faz do papel do colonialismo na construção do sujeito metropolitano?” Às vezes, a teoria se apresenta como uma sentença diabólica que condena você a leituras árduas em campos desconhecidos, onde mesmo a conclusão de uma tarefa trará não uma pausa mas mais deveres difíceis. (“Spivak? Sim, mas você leu a crítica que Benita Parry faz de Spivak e a resposta dela?”) (CULLER, 1999, p. 23-24)

“Roubo de cena”: uma expressão adequada para um princípio de competição que, como o trecho deixa claro, muito pouco tem a ver com o diálogo ou com o ideal de um saber dividido – mesmo quando uma das mais importantes preocupações da Teoria hoje resida na dinâmica comunitária, nos laços de solidariedade estabelecidos entre os oprimidos, ou como diria Spivak, os subalternos. Uma contradição performativa clara: teorizar o compartilhado em um ambiente de isolamento competitivo.

Isso que a Teoria tem de ilimitado, do que não pode ser contido, é caracterizado por Culler de forma tipicamente idealista:

A teoria faz você desejar o domínio: você espera que a leitura teórica lhe dê os conceitos para organizar e entender os fenômenos que o preocupam. Mas a teoria torna o domínio impossível, não apenas porque há sempre mais para saber, mas, mais especificamente e mais dolorosamente, porque a teoria é ela própria o questionamento dos resultados presumidos e dos pressupostos sobre os quais eles se baseiam. A natureza da teoria é desfazer, através de uma contestação de premissas e postulados, aquilo que você pensou que sabia, de modo que os efeitos da teoria não são previsíveis. (CULLER, 1999, p. 24)

Que a tarefa da Teoria resida no “desfazer” é algo que muitos Teóricos militantes refutariam. Seria mais difícil, no entanto, negar a natureza determinada das formas de negação, periodicamente alteradas, de que a Teoria faz uso. Não é o caso, em outras palavras,

que o questionamento “daquilo que você pensou” aconteça de forma abstrata; pelo contrário, ele está intimamente articulado a todo um aparato teórico de produção, que, a partir de centros difusores, estabelece a forma com que todos estarão “desfazendo” suas *idées reçues*. Não é de espantar, então, que o caráter de moda dos objetos teóricos seja espelhado pelas coisas estudadas. Pois a abertura para o mundo, típica da Teoria, tende muito facilmente a privilegiar os produtos da cultura de massa e da esfera do consumo; desta maneira, o crítico corre o risco de se deixar ofuscar por itens isolados (quantos congressos não são feitos sobre a Disney, Barbie ou Madonna!), reificando-os e esquecendo-se de criticar a lógica que os produziu.

Mas até a própria liberdade enunciativa do Teórico apresenta um lado negativo quando vista de uma perspectiva mais ampla. Na realidade, ela está muito próxima da flexibilidade que se exige do trabalhador no novo mercado e da produção pós-fordista (cf. HARVEY, 1993). O Teórico, hoje, tem que estar preparado para se adaptar rapidamente às novas funções ditadas pelo mercado, participando em áreas e debates que muito pouco têm a ver com aquilo que escreveu há apenas alguns anos atrás. As mudanças de ponto de vista, até mesmo de crenças e atitudes políticas, que em um Roland Barthes ainda podiam ser consideradas como um traço idiossincrático, uma busca pessoal pelo novo, uma insatisfação com os limites de uma dada *forma* de saber, tornam-se agora um pré-requisito para a sobrevivência dos grandes nomes da Teoria, que para permanecerem citáveis devem periodicamente cometer atos de infidelidade contra si mesmos.<sup>6</sup> Quando essa flexibilidade é colocada lado-a-lado de seu contrário, o ofício, ela é iluminada por seu negativo. Pois, nesse contexto, o ofício invoca uma imagem radicalmente diferente: ele implica uma tal familiaridade e convivência com seu objeto, que a experiência do trabalho (também teórico) passa a ser constitutiva e a caracterizar o próprio sujeito,

---

<sup>6</sup> Um bom exemplo pode ser encontrado, nos estudos joyceanos, com as publicações de Derek Attridge, que pode passar sem problema do *Post-structuralist Joyce* (1984) para o *Semicolonial Joyce* (2000) sem maiores complicações. Com efeito, os Teóricos mais fortes provaram ser aqueles que inscreveram a multiplicidade teórica dentro de suas visões de mundo, que a fizeram parte integrante do *conteúdo* de suas abordagens. Para mencionar Fredric Jameson, de novo, é importante lembrar que ele caracterizou o marxismo como horizonte insuperável de leitura, um horizonte que pode assim incorporar tudo, ainda que, é claro, com graus diversos de sucesso.

que assim se torna indissociável daquilo que faz. A disjunção entre o dizer e o fazer da/na Teoria, que nos anos 60 parecia uma conquista inabalável degenerou-se em absurdo. Quantos não são os travados *professors* que teorizam o infinito do corpo; quantos, tristemente monogâmicos, a asseverar o livre fluir, metonímico, do desejo!

Por fim, quando consideramos o espaço enunciativo da Teoria, não é difícil notar que a liberdade implícita na multiplicação de espaços enunciativos tem que, muito desconfortavelmente, conviver com seu contrário, pois a liberdade teórica atual nos EUA ocorre dentro da maior institucionalização jamais vista nos estudos de linguagem. A circulação de texto publicados, a organização de congressos e palestras, a própria interação humana ocorre apenas dentro do âmbito universitário – nos Estados Unidos uma esfera empresarial como qualquer outra. Sob a égide da Teoria, a academia norte-americana nunca esteve tão isolada da sociedade em geral, nunca foi tão auto-referente; os quadros que forma nunca foram tão profissionalizados – de fato, ao ponto de serem dominados pelo *job market*, que se afigura como uma fonte de preocupação, por vezes até a finalidade última, dos *freshmen* da pós, já em seu primeiro ano do doutorado.

## II

Apesar de rápidas e gerais demais, as observações acima não são irrelevantes para a prática da Teoria no Brasil. O debate acerca da importação de idéias, da cópia de modelos de fora, tem uma longa história entre nós, remontando ao século XIX. Mais recentemente, foi objeto de acaloradas discussões sobre a recepção da teoria literária aqui (um bom resumo, no âmbito da literatura comparada, é fornecido por NITRINI [1997, p. 183-290]). Já há vinte anos atrás, em um ensaio de 1986, Roberto Schwarz reclamava:

Nos vinte anos em que tenho dado aula de literatura assisti ao trânsito da crítica por impressionismo, historiografia positivista, *new criticism* americano, estilística, marxismo, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo e agora teorias da recepção. A lista é impressionante e atesta o esforço de atualização e desprovincianização em nossa universidade. Mas é fácil observar que só raramente a passagem de uma escola a outra corresponde,

como seria de esperar, ao esgotamento de um projeto; no geral ela se deve ao prestígio americano ou europeu da doutrina seguinte. Resulta a impressão – decepcionante – da mudança sem necessidade interna, e por isso mesmo sem proveito. (SCHWARZ, 2001, p. 109)

Esta dinâmica, que Schwarz identifica como advinda de um sentimento de inferioridade da periferia, dá muito bem conta do funcionamento da Teoria, hoje, no centro. Também lá o “gosto pela novidade terminológica e doutrinária prevalece sobre o trabalho de conhecimento” (p. 110); também lá “o ritmo da mudança não dá tempo à produção amadurecida” (p. 111). A produção incessante de arcabouços teóricos e a obsolescência precoce que lhes acompanha são agora fatos generalizados que se estendem para além de sentimentos de subalternidade. Não resta dúvida que Schwarz está correto quando critica a adoção não-mediada de categorias importadas. Em nossa condição de periferia, faltam-nos as condições materiais mínimas para acompanhar a produção Teórica da maneira como ela se dá nos EUA. Com efeito, aqueles que se entregam à mera novidade (muito boa para publicar artigos) transplantam as tecnologias narrativas de maneira direta, às vezes com resultados catastróficos. Como exemplo, poderíamos citar o destino dos discursos de carnavalização *à la* Bahktin ou o hibridismo pós-colonial, que no Brasil geram um efeito oposto ao esperado. Devido à sua regulamentação, obrigatoriedade e abrangência, o festejar brasileiro lembra o serviço militar; devido aos oligopólios que dominam nossa indústria cultural, a diferença há muito já se constituiu como desculpa para a reciclagem do mesmo, um verniz que esconde a repetição. Na maioria das vezes, todavia, os importadores de tecnologias narrativas vêm suas pretensões cosmopolitas negadas por sua posição no processo produtivo. Como não têm como competir com a produção teórica dos países avançados, restringem-se a aplicação de códigos explicativos a materiais nacionais brutos, que no exterior dificilmente romperão a barreira do exótico. Eles espelham assim a mais antiga divisão internacional do trabalho, que faz a periferia fornecer matérias primas a um Primeiro Mundo industrializado. Seu cosmopolitismo é revertido em provincianismo.

Mas isso não quer dizer que a Teoria deva ser desconsiderada. O preço a pagar-se por sua total ignorância pode ser alto. O momento de verdade na emergência da Teoria reside nas

transformações de fato ocorridas nas últimas décadas, na explosão da linguagem e na culturalização do capitalismo contemporâneo, que torna as mercadorias cada vez mais universos lingüísticos, e cada vez mais procura converter a língua em mercadoria. Ora, tal processo (e isso *não* é motivo de orgulho, pelo contrário) ocorre em alguns aspectos muito mais agressivamente no Brasil do que alhures – como as televisões em praticamente todos os bares e restaurantes populares do país, ou os rádios e telas nos ônibus. Como caracterizar este estado de coisas sem fazer uso de uma semiologia crítica? Como investigar a dinâmica de subjetivação assim criada sem o recurso a ferramentas psicanalíticas? Isso não precisa significar a aplicação cega de conceitos, pois é possível utilizá-los e no mesmo movimento fazer sua crítica (como T.W. Adorno, que utilizava categorias freudianas em suas análises ao mesmo tempo que apontava para suas insuficiências). Aqueles que se concentram somente nas vicissitudes da Teoria fazem-se cegos para a exuberância, criatividade e poder de explicação de suas tecnologias narrativas. E como a pressão da Teoria se faz sentir por todos os lados, eles têm de assumir uma postura necessariamente defensiva, que pode ir desde o silêncio altivo até a execução sumária de teorias em meias-frases. Ao defender uma reserva de mercado para as teorias nacionais, acabam impossibilitando o debate com aquelas vindas de fora, dando assim sua contribuição própria para a história universal dos regionalismos ressentidos.

Essa transdisciplinaridade faz lembrar o projeto inicial da teoria crítica frankfurtiana. A diferença é apenas que Max Horkheimer não precisava se deparar com essa multiplicação de códigos de leitura. A questão que se coloca hoje assume um contorno diferente, típico das sociedades capitalistas: a escolha, categoria basal de qualquer sociedade submetida à lei de super-produção de mercadorias (sejam elas materiais ou Teóricas). Saber com que tipo de conhecimento queremos – ou podemos – dialogar, sem sermos meros aplicadores frenéticos de teorias para a brasilidade, nem regionalistas obtusos que ficam batendo na mesma tecla – esse é o grande desafio do teórico brasileiro. E no entanto, na maneira em que foi articulada, essa problemática já é falsa, pois ela supõe uma liberdade abstrata de escolha, ademais ideológica, entre os diversos produtos da Teoria. Da mesma forma que sua contradição central nos Estados Unidos pode ser descrita pelo abismo existente entre locais de enunciação – por um lado, uma liberdade absoluta dentro do riquíssimo espaço

acadêmico, que enfatiza a pluralidade e acolhe a diferença; por outro, uma homogeneidade e pobreza teóricas em imensos setores da sociedade – assim também um conhecimento dos espaços de produção teórica no Brasil, seus potenciais, limites, e acima de tudo, possibilidades de abertura para mediações visando aquilo que está além dele, pode ser o passo fundamental para nossa participação na Teoria. É interessante notar, trata-se de uma inserção de forma alguma diferente daquela no mundo da tecnologia *strictu sensu*: tanto para supercondutores quanto para *master-codes* explicativos é necessário haver uma estratégia de importação e aclimação às nossas condições nativas.<sup>7</sup> Eis aqui uma agenda que parece valer a pena, pois se constitui em uma tarefa que pode ajudar, senão a acharmos uma saída, pelo menos para desenhar em traços bem nítidos, a triste dialética que envolve o regionalismo e o cosmopolitismo em nossa vida intelectual, tão desejosa de práxis.

AGRADECIMENTOS: O presente texto foi originariamente apresentado na mesa redonda “Teoria e Crítica” no II Simpósio do Grupo de Estudos em Crítica Contemporânea (GRECC) em São José do Rio Preto, em novembro de 2003. Agradeço aos participantes do evento pela discussão do texto; agradeço também a Natalia Morato por sua leitura e sugestões.

DURÃO, F. A. Brief observations on theory, its contradictions and Brazil. *Revista de Letras*, São Paulo, v.44, n.1, p. 77 - 91, 2004.

- *ABSTRACT: The essay describes the particularly contradictory situation of what has become known as Theory. The text tries to characterize, by means of a comparison with its closest relative, literary theory, its methods, objects, subjects and places of enunciation. In all of them, it is concluded, there is an unheard-of potential for freedom inextricably mixed with surrender to the market. The article ends with short considerations on the possibilities for practicing Theory in the Brazilian situation, since Theory can no longer be ignored nor simply accepted without mediations.*
- *KEYWORDS: Theory; transdisciplinarity; places of enunciation.*

---

<sup>7</sup> Seria talvez frutífero relacionar este estado de coisas ao esgotamento de um processo desenvolvimentista mais amplo, ele mesmo associado aos anos 60/70 no Brasil.

## Referências

ATTRIDGE, D. *Post-structuralist Joyce*. Cambridge: Cambridge U.P., 1984.

\_\_\_\_\_. *Semicolonial Joyce*. Cambridge: Cambridge U.P., 2000.

CULLER, J. *Teoria Literária; uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

DEELY, J. *Semiótica Básica*. São Paulo, Ática, 1990.

DURÃO, F. “A postmodern paradox”. *Revista Eletrônica Outras Palavras*, vol.3. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~outraspalavras>>

EAGLETON, T. *Teoria Literária; uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *After Theory*. Londres: Penguin, 2003.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

JAMESON, F. *The Prison-House of Language*. Princeton: Princeton U.P., 1972.

\_\_\_\_\_. “Periodizando os anos 60”. In: HOLLANDA, H. B. (ed.) *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

\_\_\_\_\_. *Pós-modernismo; ou a Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LENTRICCHIA, F. *After the New Criticism* Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

NITRINI, S. *Literatura Comparada*. São Paulo: Edusp, 1997.

SCHWARZ, R. “Nacional por Subtração” [1986]. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra: 2001.